ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA DE
ANTONIO ALMEIDA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO MUNICÍPIO DE ANTONIO ALMEIDA- PI NO DIA 20/11/2015 CUMPRINDO O QUE DETERMINA O ARTIGO 48º PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL cujo objeto é A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO para o exercício de 2016 E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 1º SEMESTRE DE 2015.

Aos vinte dias do mês de novembro de dois mil e quinze às 10:30 horas, no auditório da Câmara Municipal de Vereadores iniciou-se os trabalhos como segue: Foi composta a Mesa Diretora assim formada: Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal João Batista Cavalcante Costa, o Excelentíssima Senhora Presidenta da Câmara Municipal de Vereadores Sra. Joselice Pereira dos Santos, e Senhores Vereadores presentes : Jociler Araújo Brito, Geú Feitosa e Secretários: Maria de Lourdes da Rocha Martins (Secretária Municipal do Trabalho e Assistência Social), Aluciano Coêlho de Sá(Secretário de Esporte); Wladmir Paulo da Silva Borges(Secretário Municipal de Saúde e Saneamento), José Glacio Guimarães Lima(Secretário Municipal de Obra, Transportes e Serviços Públicos), Iolanda Pereira da Luz Carvalho (Secretária Municipal de Cultura), Gonçala Pereira dos Santos (Secretária Municipal de Educação), e Coordenadores; Marlene da Silva Guimarães, Maria Felix Aquino Ribeiro, Evertane Barbosa Sandes; Pedro Ferreira de Oliveira Junior, Controlador Interno, Franklin Pereira dos Santos, Tesoureiro. Foi chamado também para compor a mesa a atual contadora do Município Sra. Gislana Portela Lima Martins, conhecida como Lana Portela, responsável pela apresentação dos dados contábeis. Com a palavra o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, cumprimentando a todos e declarou aberto os trabalhos desta Audiência Pública. Em seguida, foi dada a palavra para a Contadora do Município Srª Gislana Portela que iniciou sua fala com esclarecimento sobre o papel da sociedade na elaboração do Orçamento Municipal para 2016 principalmente para esclarecer a realidade do nosso município dentro da crise financeira que se encontra o nosso País, iniciou apresentação da prestação de contas do 1º semestre de 2015 que mostrou a todos os presentes o que o município recebeu de receita e como foi aplicado esses recursos, detalhando por função, por elemento de despesa e outras planilhas que mostraram os limites constitucionais, depois passou a palavra aos secretários de educação, saúde, assistência social e administração que mostraram o que foi feito de ação com esses recursos recebidos, concluindo a primeira etapa da audiência Pública, depois passou a palavra para o Sr. Daniel Silvero Martins que falou da importância do Portal de Transparência do município, que depois de criado todos atos da administração tem que ser publicado em tempo real, e que o mesmo será rigorosamente fiscalizado a partir de 2016 pelo Ministério Público, Tribunal de Conta do Estado, e pediu a colaboração de todas as secretarias para alimentar o portal com os ato da administração. A segunda etapa com a contadora mostrando as planilhas de previsão de receita e despesas por função, elementos de despesas, secretarias e fundos, conforme a previsão de metas e riscos fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentária para 2016 explicando detalhadamente cada uma delas e deixando claro que o Município recebe poucos recursos para destinar a investimentos, e que o valor que foi deixado de recursos próprios com esse fim representa apenas a contra – partida do Município, a maior arrecadação estava sendo previsto através de convênios com o Governo Estadual e Federal em diversas áreas. Mostrou o Repasse do Fundo de Participação dos Municípios que é a maior fonte de arrecadação atual e suas deduções com planilhas e gráficos, espelhou que esse recurso é destinado a manter a Máquina Pública em funcionamento, com os gastos de manutenção, pessoal, encargos sociais, fornecedores dentre outras obrigações.

Explicou que os recursos de transferências voluntárias constitucionais já tem destinação especifica, como os recursos recebidos do FNDE, SUS E MDS. Além desses, destacou os recursos do FUNDEB, que é exclusivo para manter a Educação. Explicou que os recursos de Transferências Constitucionais (FPM, ICMS, IPVA, dentre outros) e Municipais (IPTU, ISS, IRRF, TAXAS, ITBI, ALVARA etc) tem destinação especifica quando se trata de índices constitucionais: 15% SAÚDE e 25% a EDUCAÇÃO, e que o não cumprimento é motivo de reprovação de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí e processos judiciais aberto pelo Ministério Público quando não cumprido. Mostrou também que o Município tem os recursos próprios como IPTU, ISS, IRRF, TAXAS, ITBI, entretanto, a arrecadação é baixa. Além disso, deixou claro que existem convênios como por exemplo: construção de um posto de saúde, quadra poliesportiva, construção de creches, aquisição de ônibus escolar e etc, que ao ser concluída provocaria ônus ao Município para manter em funcionamento. Falou também que o objetivo de estarmos ali era escolher o que era prioridade dentro do nosso Município para o exercício de 2016 apresentado aos presentes a relação de obras e valores apresentados no orçamento, foi iniciado a discursão por prioridades para cada localidade, logo em seguida, Foi aberto espaço para dúvidas, após os 30 minutos de perguntas e respostas foi finalizado com o levantamento dos dados. Foi facultada a palavra aos Vereadores e em seguida aos demais que estavam presentes. Usou a palavra a Sra. Joselice Pereira dos Santos, Presidenta da Câmara Municipal que falou da importância dessa discussão para que a população esteja consciente de como será gasto e aplicados os recursos do município. Finalizando com a palavra o Senhor Prefeito Municipal João Batista Cavalcante Costa que encerrou a Audiência Pública assim se expressando: Satisfação na realização desta Audiência Pública determinada por Lei e por iniciativa do gestor atual, visto que essa exigência não se iniciou neste ano, e que as gestões passadas não o fizeram. Determinou levar a transparência a toda sociedade de como se é elaborado e discutido um projeto de Lei dentro do Município e principalmente, a satisfação de ver a população participar das finanças Municipais, elegendo as prioridades para investimentos dentro do Município de forma correta e participativa e principalmente conscientizando a população que os recursos recebidos hoje mal dão para manter a máquina funcionando. Falou ainda sobre os balancetes entregues na Câmara na data prevista, o cumprimento dos limites constitucionais e legais exigidos, agradeceu a sua equipe de governo e falou do seu esforço na busca de recursos para melhorar cada vez mais as condições de vida da população, pediu a todos que não iludissem o povo de forma distorcida, estamos dando a oportunidade de nos ajudar na elaboração de um orçamento, agora em nenhum momento podemos acreditar que todos os pedidos serão realizados porque não depende apenas do gestor do Município e sim de uma parceria com o Governo Estadual e/ou Federal, e que além disso o número de famílias beneficiadas é que poderá dizer onde a obra ou este serviço será implantado. Logo após, a ata foi por mim José Roberto S. Gadoye – secretário da Audiência Pública lida e assinada e repassada para os demais presentes assinarem.

LISTA DE FREQUÊNCIA DA ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO MUNICÍPIO DE ANTONIO ALMEIDA- PIAUÍ no dia 20/11/2015 CUMPRINDO O QUE DETERMINA O ARTIGO 48º PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL cujo objeto é a apresentação do Orçamento Participativo para o exercício de 2016.

João Batista Cavalcante Costa
Franklin Pereira dos Santos
Maria de Lourdes da Rocha Martins
Aluciano Coelho de Sá
Wladmir Paulo da Silva Borges
Geú Feitosa
Jociler Araújo Brito
Joselice Pereira dos Santos
Maria Felix Aquino Ribeiro
Pedro Ferreira de Oliveira Junior
Tomerson Ferreira Guimarães
Sebastião da Costa Coelho
Maildo Ferreira de Franço Guedes
Jorge Carvalho dos Santos
Maria de Lourdes Duarte da Silva
Valdirene Coelho Ribeiro
Ana Lúcia Gomes da Silva
Adilene Maria da Silva Magalhães
Deciane Pereira Soares